



## NACIONAL

# Sexta-feira, dia 11 de novembro: professores da UFABC se somam à mobilização nacional

Por decisão tomada em assembleia no dia 03 de novembro, os docentes da Universidade Federal do ABC decidiram aderir à mobilização nacional de 11 de novembro através da realização de uma série de atividades que tem por objetivo discutir a situação da educação e da UFABC à luz da Proposta de Emenda Constitucional nº 55 e dos cortes orçamentários de 2017.

O dia 11/11 será de intensa mobilização em todo o país. Na UFABC as atividades começam cedo, uma vez que os alunos e funcionários, que aprova-

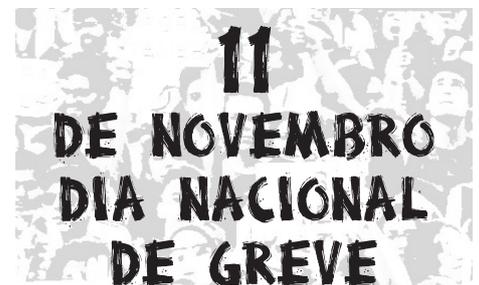
ram paralisação de atividades neste dia, estarão realizando várias atividades. O calendário da ADUFABC começa às 14hs, em São Bernardo do Campo, com uma aula pública sobre a situação das universidades públicas nos anos 1990. A ideia é convidar professores da UFABC que trabalhavam no sistema federal nos anos em que a política de austeridade resultou no completo sucateamento das universidades e prejudicando fortemente a qualidade e viabilidade da ciência e tecnologia produzida no país. Às 17hs teremos o lançamento do livro

de Jessé de Souza, Radiografia do golpe no Auditório 003. Em Santo André, no mesmo horário, teremos uma mesa especificamente sobre a PEC 241, agora PEC 55. Às 16hs, atendendo à solicitação da ADUFABC e das demais entidades representativas da UFABC, a saber, o SINTUFABC, o DCE e o DA, a reitoria convocou a comunidade da UFABC para apresentar e debater os cortes orçamentários de 2017 que inviabilizam a universidade tal como ela funciona hoje. Este debate será aberto à toda a comunidade.

## PROGRAMAÇÃO ADUFABC DO DIA DE MOBILIZAÇÃO

### Sexta, 11 de Novembro

- ▶ **São Bernardo do Campo, Bloco Beta, 14h**  
**As universidades públicas nos anos 1990: memórias do sucateamento**  
*Profa. Maria de Lourdes Fonseca (UFABC)*  
"Memórias da Universidade Federal de Uberlândia entre 1994 e 1999"  
*Profa. Ramon Garcia Fernandes (UFABC)*  
"Memórias da Universidade Federal do Paraná entre 1993 e 1999"
- ▶ **São Bernardo do Campo, Bloco Beta, Auditório 003, 17h**  
Lançamento do livro Radiografia do golpe, de Jessé de Souza  
*Com a presença do autor, Jessé de Souza*
- ▶ **Santo André, Piso Vermelho do Bloco B, 14h**  
**O Brasil do futuro e o futuro do Brasil: a PEC 55 e seu significado**  
*Luis Nassif (Portal GGN)*  
"O papel da mídia na defesa da PEC55"  
*Salomão Ximenes (UFABC)*  
"A PEC 55 e a educação"
- ▶ **Santo André, Auditório 111, Bloco A, 16h**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A REITORIA SOBRE A REAL SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UFABC**  
*Com a presença do reitor da UFABC Klaus Capelle*



**Dia 11/11 as centrais sindicais convocaram um dia nacional de greve.**

Entre os motivos para a ação, citamos os seguintes: a PEC 55 (antiga PEC 241); a defesa do Pré-Sal contra o disposto no PL 4567/2016; a luta contra a reforma da previdência; e o PLC 30 (antigo PL 4330), que trata da terceirização.

Mesmo reconhecendo todas as dificuldades, as centrais sindicais – apoiadas pelas organizações articuladas na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo – consideram que os ataques contra os direitos sociais exigem uma resposta mais forte e por isto convocaram a paralisação.

## Reitoria atende solicitação da ADUFABC e chama a comunidade universitária para discutir a crise orçamentária

Na tarde da quinta-feira, dia 09 de novembro, a diretoria da ADUFABC foi recebida pela reitoria para tratar da demanda feita pela entidade, conjuntamente com o SINTUFABC, o DCE e o DA-SBC, para que a reitoria convidasse toda a comunidade universitária para um debate aberto sobre os cortes orçamentários da UFABC no próximo período.

Na presença do reitor, Klaus Capelle, do vice-reitor, Dácio Matheus, e do pró-reitor de planejamento, Vitor Marchetti, a diretoria da ADUFABC reforçou a solicitação, decidida na assem-

bleia docente, de que a reitoria tomasse a iniciativa de chamar formalmente a comunidade para expor e debater a gravidade da situação orçamentária da UFABC. Também reiteramos a solicitação de que essa audiência pública sobre o orçamento da universidade fosse realizada próxima sexta-feira, dia 11 de novembro, quando as entidades representativas dos docentes, funcionários e estudantes realizarão um conjunto de atividades de mobilização por ocasião do Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 55. Na defesa desta demanda, enfatizamos a necessidade da reitoria tratar politicamente a questão da crise

orçamentária, abrindo um debate amplo sobre os impactos sobre o projeto pedagógico da UFABC e sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Depois de ouvir nossos argumentos, o reitor comunicou que atenderia à solicitação das entidades e convidaria a comunidade para uma Audiência Pública no próximo dia 11 de novembro, às 16hs, em Santo André, com a presença do reitor.

Na sequência da reunião, a ADUFABC expôs à reitoria sua preocupação com o atual contexto político, marcado por diferentes ataques às universidades

públicas em geral e à UFABC em particular, que vão desde falsas acusações de politização, aparelhamento e falta de liberdade acadêmica até uma política deliberada do governo federal de sucateamento do sistema de educação, ciência e tecnologia. Neste sentido, enfatizamos a forte ameaça representada pela PEC 241, agora PEC 55, neste cenário. A ADUFABC aproveitou a ocasião e entregou ao reitor uma cópia do documento Austeridade e Retrocesso, lançado oficialmente na nossa última paralisação de 24 de outubro, reforçando a sugestão de que a reitoria se posicione mais firmemente contra a PEC,

sinalizando para a comunidade universitária e do ABC a ameaça representada pelo congelamento dos gastos por 20 anos, sem garantias constitucionais de repasse para essas áreas estratégicas.

A realização da audiência pública representou, sem dúvida, uma enorme vitória da ADUFABC e do movimento dos docentes em “Defesa da UFABC, das universidades públicas e da educação”. Também merece destaque a importância da carta aberta conjunta publicada pela entidade, em parceria com o SINTUFABC, o DCE e o DA-SBC no começo desta semana.

### A tramitação da PEC 55

*No dia 9 de novembro, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o relatório da PEC 55 (ex-241).*

*Foram rejeitadas todas as emendas.*

*Foram 17 votos a favor e 7 votos contrários.*

*Pelo cronograma definido pelos líderes dos partidos, teremos votação nos dias 29/11 e 13/12, em primeiro e segundo turnos. Caso aprovada, a promulgação da PEC será no dia 15/12.*

## PEC 55 não é nem a única, nem a melhor alternativa



**Fernanda Graziella Cardoso**  
Prof. Adjunta UFABC

independentemente das taxas de crescimento econômico e da população. E o que compõem as despesas primárias ou não-financeiras? Gastos com saúde, educação (destacadamente com ensino superior, o que atinge diretamente as Universidades Federais como UFABC), assistência social, previdência (que tende a aumentar, mesmo que se façam reformas), além do investimento público. Ou seja, se o país retomar uma trajetória de crescimento econômico, esse não poderá traduzir-se no incremento dos gastos sociais, com serviços e investimentos públicos. Assim, na prática o que se observará é mais do que um congelamento desses gastos, uma vez que, como a população brasileira vem crescendo, o gasto per capita de cada um desses itens será fatalmente reduzido.

No que se refere às despesas financeiras (juros e amortização da dívida pública), não há nenhuma limitação imposta ao seu acréscimo. Ou seja, num contexto de retomada do crescimento, o aumento da receita do governo poderia ser direcionado apenas ao incremento de tais despesas.

Mas seria a PEC 55 o meio mais adequado para estabilizar a dívida pública e permitir a retomada do crescimento? Ou ainda, seria uma suposta ganância o prin-

cipal problema ou causa da crise que estamos vivendo?

Começamos pela segunda questão. Primeiramente, a relação dívida/PIB não é tão grave quanto parece. A relação dívida/PIB brasileira estava em 69% do PIB em 2015, enquanto países como Espanha e França, no mesmo ano, apresentaram uma relação dívida/PIB de 99% e 97%, respectivamente. A inflação está em trajetória de queda. E, desde 2015, quando o país teve um grande ajuste fiscal, as despesas na verdade estão caindo – o problema é que a arrecadação, dada a conjuntura de crise, vem caindo numa velocidade ainda maior.

Então, se a dívida não é tão grave e se inflação está convergindo para a meta, por que impor um limite de 20 anos ao incremento das despesas primárias com o intuito de estabilizar a dívida, tendo em vista especialmente que a oferta de serviços públicos está longe de ser satisfatória – e tende a piorar com os limites impostos pela PEC?

A necessidade de limitar justamente as despesas primárias trata-se de uma escolha política, e não de uma imposição por ausência de alternativas. Lembremos que o orçamento divide-se em dois tipos de despesas: as primárias e as financei-

ras. As despesas financeiras compõem-se de amortização da dívida e de juros. Quem define a taxa de juros básica da economia brasileira? O Banco Central. Por que então não se discute a possibilidade de reduzir uma das maiores taxas de juros do mundo, considerando-se que a própria inflação entrou em trajetória de estabilização?

E, ademais, por que o foco único sobre as despesas? Contraí-se uma dívida se as despesas são maiores do que as receitas; por que então não mudar o alvo para as receitas?

Uma das principais fontes de receita do governo são os tributos. O Brasil tem um sistema tributário extremamente regressivo, que tende a taxar proporcionalmente mais os mais pobres do que os mais ricos, pois: uma considerável parte da tributação é indireta (por exemplo, sobre o consumo de bens e serviços, que não diferencia a capacidade de pagamento de quem consome) e, mesmo a tributação direta (sobre a renda, por exemplo), recai principalmente sobre os assalariados e com faixas de tributação que não aumentam a partir de determinado patamar de renda. Outro dado intrigante é que praticamente todos os países desenvolvidos da OCDE tributam dividendos, mas o Brasil não, desde 1995.

No Brasil, não dispomos também de taxas específicas sobre grandes for-

mas. Desse modo, não seria necessário aumentar o nível de tributação para impactar positivamente a arrecadação: bastaria alterar sua estrutura, tornando-a mais progressiva, taxando mais altas rendas, herança, grandes fortunas e dividendos, além de combater veementemente a sonegação. E, note-se, além de aumentar a arrecadação, uma reforma tributária na direção da progressividade impactaria positivamente a própria distribuição de renda, funcionando como um impulso positivo de consumo e de investimento produtivo estimulado tanto pelo aquecimento do mercado interno quanto pela diminuição da tributação em cascata sobre bens e serviços. E, ademais, uma economia aquecida implica um maior potencial de arrecadação de tributos, via aumento da renda e do consumo.

Então, a PEC 55 não é a única alternativa: antes de limitar somente os gastos primários, poderiam ser discutidas a natureza e as causas das despesas financeiras e, principalmente, a possibilidade de incrementar as fontes de receita via reforma tributária.

A PEC 55 também não é a melhor alternativa: em primeiro lugar, como não considera o crescimento populacional, implicará uma redução (e não apenas um congelamento) dos já parcos gastos per capita dos serviços públicos, o que

impactará especialmente os mais pobres que dependem da sua provisão; ou seja, as privações relacionadas às condições de pobreza serão aprofundadas. Projeções também mostram que, com a PEC, os gastos públicos brasileiros atingirão, em proporção do PIB, um padrão semelhante de países extremamente subdesenvolvidos. Em segundo lugar, num contexto de crise, a retração da principal fonte de demanda autônoma, os gastos públicos, levará a uma contenção ainda maior das possibilidades de crescimento. Afinal, que empresário investirá em capacidade produtiva e aumentará os postos de emprego se não há perspectiva factível de que o mercado se reaqueça?

Com o consumo sem perspectiva de crescimento em virtude do aumento do desemprego, com as exportações contidas em decorrência da queda da demanda internacional e com o investimento produtivo privado desestimulado porque o mercado consumidor está desaquecido, apenas os gastos do governo poderiam se constituir num fôlego para a retomada do crescimento. Se ele for contido de forma violenta, como pretende a PEC 55, o resultado mais provável será o aprofundamento da crise, do desemprego, da pobreza e das condições de vida da população, especialmente dos mais pobres, e não a prometida retomada do crescimento.

# 24/10 UFABC PAROU CONTRA A PEC 241

Fotos: Mídia Ninja

Em 24 de outubro passado, inúmeras universidades paralisaram suas atividades em protesto contra a PEC 241, então ainda em votação na Câmara dos Deputados. As paralisações vieram a se somar às manifestações cada vez mais frequentes que já vinham ocorrendo em todo território nacional contra uma medida que representará um retrocesso gigantesco para o Brasil e sua população. A UFABC, em sintonia com as demais IFES, também parou. Com adesão indubitavelmente expressiva por parte dos docentes, técnicos administrativos e estudantes, a UFABC trocou sua rotina normal por um dia intenso de atividades e debates sobre questões centrais do cenário atual brasileiro.

Na parte da manhã, contamos com várias aulas públicas. O Prof. Christy Pato, Diretor-Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, falou em Santo André sobre a PEC 241 e suas consequências. Ainda em Santo André, os professores da casa, Suze Piza e Fernando Cássio debateram sobre a reforma do ensino médio e as escolas ocupadas, debate que reproduziram à noite no campus de São Bernardo.

Paralelamente às atividades em Santo André, o Prof. Renato Janine Ribeiro (FFLCH-USP) falou em São Bernardo sobre os efeitos da PEC 241 e a conjuntura geral para a educação. Sua aula foi seguida pela aula dos profes-

res Guilherme Melo (UNICAMP) e Cristina Reis (UFABC), em que foi lançado o livro “Austeridade e Retrocesso – Grupo de Trabalho de Macroeconomia da Sociedade de Economia Política”. A manhã de SBC foi encerrada com a aula de Giulia Pierro (Auditoria Cidadã da Dívida Pública) sobre a condição de vida dos brasileiros e a PEC 241.

O período da tarde foi cenário de atividades mais voltadas à realidade da UFABC, iniciando em São Bernardo com uma audiência pública com a presença do Pró-Reitor de Planejamento da UFABC, Prof. Vitor Marchetti, na qual foi apresentado e debatido o cenário orçamentário da UFABC para 2017 e as perspectivas para os anos seguintes. Após a audiência, o piso vermelho do bloco A de Santo André foi palco de uma plenária de estudantes, técnicos administrativos e docentes, durante a qual foram levantados inúmeros pontos a serem levados e discutidos por cada categoria em suas assembleias.

O período noturno começou em São Bernardo com uma aula pública do Prof. Giorgio Romano (UFABC), novamente pautando a PEC 241, segui-



da pelo já mencionado debate com a Prof.<sup>a</sup> Suze Piza e o Prof. Fernando Cássio. Em Santo André, o encerramento se deu com um debate sobre o Brasil na conjuntura global atual, contando como a presença dos professores da UFABC Paris Yeros, Luis Roberto de Paula, Cristina Reis e Maria Caramez Carlotto.

Em 24 de outubro, a UFABC parou e se mobilizou contra a PEC 241 e, com uma agenda intensa de atividades, atingiu seu objetivo: trazer informações aprofundadas sobre o cenário atual, promover o debate e a reflexão sobre temas sensíveis para a nossa universidade e para o país, e sensibilizar a comunidade universitária para a gravidade do momento, configurando um primeiro passo nessa importante luta contra uma das mais graves ameaças ao pacto social e ao projeto de país previsto na Constituição de 1988.



Filie-se à  
**ADUFABC**  
 [adufabc.ssind@gmail.com](mailto:adufabc.ssind@gmail.com)

**FINANÇAS**



**Contribuições**  
Para obtenção de informações sobre contribuições à entidade contatar a diretoria financeira:  
[glameira@uol.com.br](mailto:glameira@uol.com.br)



Curta nossa nova página [facebook.com/adufabc](https://www.facebook.com/adufabc)